

**SERVIÇO SOCIAL E PRÁTICA ECO-SOCIAL:
PROMOVER SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA
INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA**

***SOCIAL WORK AND ECO-SOCIAL PRACTICE :
PROMOTING SUSTAINABILITY THROUGH COMMUNITY INTERVENTION***

Daniela Freitas¹

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal)

 <https://orcid.org/0000-0002-6688-8079>

Helena Belchior-Rocha

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal)

 <https://orcid.org/0000-0002-2295-2753>

Correspondencia:

¹danielaodfreitas@gmail.com

Recibido	Revisado	Aceptado	Publicado
13-02-2024	07-04-2025	26-06-2025	10-07-2025

Resumo

Introdução. O Serviço Social enquanto área de conhecimento e profissão de intervenção na realidade social tem estado desperto para a questão ambiental e ecológica e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030. Nas últimas quatro décadas, sobretudo no contexto europeu, passos importantes têm sido dados no Serviço Social de modo a incutir uma consciência ecológica em formulações teóricas, modelos de intervenção e prática profissional (Rocha, 2015). Enquadradas concetualmente na perspetiva eco-social do Serviço Social e no modelo Eco-Social consideramos que a intervenção comunitária é uma área fundamental para a promoção de sustentabilidade. Salienta-se que foram consideradas as áreas social, ambiental e económica como pilares da sustentabilidade de acordo com Sachs (2015). O objetivo principal da pesquisa pretendia verificar e identificar práticas de sustentabilidade em 246 projetos de intervenção comunitária desenvolvidos em Portugal continental desde meados 2020. Pretendeu-se refletir sobre a variedade dos tipos de projetos, objetivos, atividades e áreas de intervenção em projetos comunitários, de forma a identificar diferentes práticas de sustentabilidade. **Métodos.** Por forma a concretizar este objetivo, realizou-se uma pesquisa e recolha documental de cada projeto, recorrendo ao site oficial do Programa Bairros Saudáveis. Neste estudo exploratório e qualitativo, a análise dos dados concretizou-se com recurso ao software MAXQDA e identificou-se cinco áreas de intervenção: social, ambiental, saúde, económica e urbana. **Resultados.** Pela descrição dos objetivos e das ações desenvolvidas em cada projeto, descobriu-se que os três pilares da sustentabilidade (social, ambiental e económico) foram simultaneamente identificados como áreas de intervenção por 35,8% dos projetos. De referir ainda que 22,8% dos projetos identificaram simultaneamente dois dos três pilares de sustentabilidade, mais especificamente o social e o ambiental. Os pilares social e económico foram trabalhados como áreas de intervenção por 13,8% dos projetos. Além destes, 26% dos projetos identificaram unicamente um dos pilares como área de intervenção. O social foi identificado em 24,8% dos projetos; o ambiental em 0,8% e o económico em 0,4%. Analisando em maior detalhe os 35,8% projetos com atuação nos três pilares da sustentabilidade verificou-se que foram desenvolvidas atividades específicas em cada um dos pilares da sustentabilidade, sendo o pilar Social o que obtém mais ações desenvolvidas (191), seguido do Ambiental (79) e do Económico (51). Procurou-se também identificar o tipo de envolvimento da comunidade nas intervenções comunitárias com atuação nos três pilares da sustentabilidade e descobriu-se que, a comunidade foi envolvida em 50% dos projetos. **Discussão e conclusões.** Da análise a estes projetos de intervenção comunitária, identificou-se o desenvolvimento de práticas que articulam ações específicas nos pilares de sustentabilidade. Questiona-se a durabilidade dos efeitos/impactos promovidos por estes projetos, considerando o envolvimento da comunidade nos mesmos.

Palavras Chave: Serviço Social; Prática Eco-Social; Sustentabilidade; Intervenção Comunitária; Envolvimento da População; Programa Bairros Saudáveis.

Abstract

Introduction. Social work, as a field of knowledge and a profession that intervenes in social reality, has been alert to environmental and ecological issues and to the 2030 Sustainable Development Goals. Over the last four decades, especially in the European context, important steps have been taken in Social Work to instill ecological awareness in theoretical formulations, intervention models, and professional practice (Rocha, 2015). Conceptually framed within the eco-social perspective of Social Work and the Eco-Social model, we consider community intervention to be a fundamental area for promoting sustainability. It should be noted that the social, environmental, and economic areas were considered as pillars of sustainability according to Sachs (2015). The main objective of the research was to verify and identify sustainability practices in 246 community intervention projects developed in mainland Portugal since mid-2020. The aim was to reflect on the variety of project types, objectives, activities, and areas of intervention in community projects in order to identify different sustainability practices. **Methods.** To achieve this objective, research and documentary collection was carried out for each project, using the official website of the Healthy Neighborhoods Program. In this exploratory and qualitative study, data analysis was carried out using MAXQDA software, and five areas of intervention were identified: social, environmental, health, economic, and urban. **Results.** From the description of the objectives and actions developed in each project, it was found that the three pillars of sustainability (social, environmental, and economic) were simultaneously identified as areas of intervention by 35.8% of the projects. It should also be noted that 22.8% of the projects simultaneously identified two of the three pillars of sustainability, more specifically the social and environmental pillars. The social and economic pillars were addressed as areas of intervention by 13.8% of the projects. In addition to these, 26% of the projects identified only one of the pillars as an area of intervention. The social pillar was identified in 24.8% of projects; the environmental pillar in 0.8% and the economic pillar in 0.4%. A more detailed analysis of the 35.8% of projects operating in the three pillars of sustainability showed that specific activities were developed in each of the pillars of sustainability, with the social pillar receiving the most actions (191), followed by the environmental (79) and economic (51). An attempt was also made to identify the type of community involvement in community interventions operating in the three pillars of sustainability, and it was found that the community was involved in 50% of the projects. **Discussion and conclusions.** From the analysis of these community intervention projects, the development of practices that articulate specific actions in the pillars of sustainability was identified. The durability of the effects/impacts promoted by these projects is questioned, considering the community's involvement in them.

Keywords: Social Work; Eco-Social Practice; Sustainability; Community Intervention; Community Involvement; Healthy Neighborhood Program.

1. Introdução

A questão ambiental representa uma preocupação mundial que remonta aos anos 50-60, suscitada pelo relatório do Clube de Roma. Desde então e durante os últimos 70 anos, várias iniciativas internacionais globais¹ surgiram com a intenção de chamar atenção mundial para as alterações climáticas, a crise ecológica e para a necessidade de uma ação conjunta e mundial, no ambiente e no desenvolvimento económico e social como um todo. No seu livro publicado em 2015, Sachs apresenta como pilares da sustentabilidade o ambiente, o social e o económico e refere que não podem ser dissociados antes, devem ser equacionados em prol do equilíbrio social, da sustentabilidade global e do desenvolvimento sustentável. Desde os anos 80, com o progressivo entendimento da questão ecológica como uma questão social, sobretudo no contexto europeu, o Serviço Social, enquanto área de conhecimento e profissão de intervenção na realidade social tem acompanhado e abraçado a necessidade emergente de sustentabilidade (Närhi & Matthies, 2018). Assente no Serviço Social Estrutural e nas teorias ecológicas, sistémicas e críticas, autores e profissionais de Serviço Social têm defendido e fomentado uma expansão conceptual teórica e prática comumente referida como eco-social (Boetto, 2017; Helne & Hirvilammi, 2017; Molyneux, 2010; Närhi & Matthies, 2018; Peeters, 2012; Rocha & Ferreira, 2017). Este conceito foi introduzido como resultado da crescente preocupação do Serviço Social com a dimensão ecológica, numa perspetiva eco-sistémica e eco-crítica, que simultaneamente realça a ligação entre os sistemas sociedade e ambiente e questiona a forma de crescimento e modo de vida ocidental (Dominelli, 2010; Helne & Hirvilammi, 2017; Närhi & Matthies, 2018).

Conscientes da interação entre os sistemas de vida individual e o ambiente/ sujeito e o meio, da sua influência e adaptação mútua, consideramos que é ao nível comunitário que a prática eco-social ganha a sua expressão máxima na promoção de sustentabilidade. De acordo com Healy (2012) uma comunidade pode ser definida pela sua delimitação geográfica (bairro, aldeia, etc); pelo conjunto de elementos que a compõe (cidadão, organizações pública e privadas e associações) e pela partilha simbólica de uma identidade (história, valores, tradições, problemas ou interesses).

Com este artigo procurámos aprofundar o conhecimento e compreensão da prática eco-social do Serviço Social, identificando práticas de sustentabilidade em intervenções comunitárias desenvolvidas em Portugal continental. Embora com uma

delimitação geográfica da análise, procuramos contribuir no domínio prático do Serviço Social, focando-nos nas aplicações práticas de promoção de sustentabilidade ao nível da intervenção comunitária.

1.1. Prática Eco-Social no Serviço Social

A prática eco-social fomenta uma mudança local com impacto global, onde gradualmente mudam-se visões, consciências e comportamentos locais e, com estratégias e políticas adequadas à sustentabilidade produzem-se mudanças a nível macro (regional, nacional e até mundial). Agir localmente implica uma ação em parceria de todos os intervenientes locais/da comunidade (como por exemplo, cidadãos, famílias, escolas, empresas, organizações públicas e privadas), respeitando os objetivos, direitos e responsabilidades de cada um, construindo objetivos coletivos e comuns associados à sustentabilidade e, consequentemente, ao bem-estar geral (Cuadra & Eydal, 2018). Agir globalmente é igualmente indispensável numa prática eco-social pois, enquanto houver países desenvolvidos a explorar os menos desenvolvidos, visando apenas o seu crescimento económico, desconsiderando os impactos ecológicos e sociais das suas ações, manter-se-ão os desequilíbrios entre as estruturas social, ambiental e económica. De acordo com a abordagem eco-crítica, a prática eco-social apela a uma postura radical e crítica face à relação entre a pessoa e o ambiente e a uma nova consciência ecológica, que reconhece “o ser humano com o ambiente” em oposição ao “ser humano no ambiente”, incorporando novos valores de sustentabilidade, justiça ecológica e cidadania global (Dominelli, 2018; Jones, 2018). Exige transição de uma perspetiva antropocêntrica para uma perspetiva ecocêntrica e de desenvolvimento sustentável, a qual deve refletir-se também na prática dos assistentes sociais (Rambaree, 2020).

A prática eco-social desafia os profissionais de Serviço Social a seguir os princípios do desenvolvimento sustentável e a considerar as questões ecológicas nos objetivos e atividades práticas da sua intervenção na realidade social (Närhi & Matthies, 2018). A par da mitigação/resolução de problemas sociais e da promoção de direitos e justiça social, os assistentes sociais devem procurar promover desenvolvimento sustentável ao nível micro, meso e macro, por meio da solidariedade local e geracional. Trata-se de pensar globalmente, em prol de um bem comum para o planeta e para todas as formas de vida, mas de agir localmente, através da ação transversal de todos os intervenientes sociais, económicos e políticos (Ellis et al., 2018). Uma intervenção desta

envergadura exige que os profissionais de Serviço Social se questionem e reconheçam a inter-relação entre as pessoas e os seus contextos (sociais, culturais, político, económico, mas também ambiental). Este pensamento crítico aliado às capacidades e estratégias dos profissionais permite, do ponto de vista da atual dimensão política do Serviço Social, desenvolver um trabalho de ativação e mediação local, regional e até nacional, em prol das comunidades rumo à sustentabilidade (Teixeira & Krings, 2015). De facto, o contexto político não deve ser descurado da prática eco-social, pois para garantir a sustentabilidade a nível comunitário e mundial são necessárias políticas públicas consertadas e alternativas (Rocha & Ferreira, 2017). A crise ecológica e social das sociedades contemporâneas exige políticas diferenciadas que respondam simultaneamente, às necessidades sociais e exigências ecológicas, incluindo a necessária solidariedade com todos os cidadãos, com o ambiente e com as gerações futuras (Marques, 2016; Rocha, 2015). As medidas *top-down* têm sido fortemente incentivadas por organizações internacionais que visam o desenvolvimento sustentável, como por exemplo as Nações Unidas que alertam e incentivam cada país a desempenhar o seu papel em prol de um planeta mais sustentável. As medidas *bottom up* diferem de país para país e até de região para região dentro do mesmo país. Por isso considerámos pertinente realizar uma análise às iniciativas comunitárias recentemente desenvolvidas em Portugal (continental), de forma a sistematizar potenciais práticas de sustentabilidade emergentes a nível local.

À semelhança deste artigo, alguns autores têm orientado o seu olhar e pesquisa para o domínio mais prático da intervenção, ou seja, para a prática dos assistentes sociais, procurando relacionar a mesma com uma prática promotora de sustentabilidade (prática eco-social). Bailey et al. (2018), através de uma abordagem auto-etnográfica colaborativa procuraram perceber de que forma as hortas comunitárias poderiam ser sítios para a prática eco-social dos assistentes sociais. Através das suas experiências e reflexões pessoais e enquadramento e cruzamento das mesmas com a teoria eco-social concluíram que as hortas comunitárias são espaços de conexão entre seres humanos, que fornecem aos assistentes sociais oportunidades de aplicar e expandir seus conhecimentos e habilidades de promoção de sustentabilidade, através do trabalho conjunto com a comunidade e da promoção de igualdade e justiça eco-social. Com o fito de compreender como as áreas da sustentabilidade são integradas em inovações eco-sociais —“inovações sociais que combinam metas ecológicas e sociais” (Matthies et al., 2019, p. 2) — Matthies *et al.* analisaram 50 inovações eco-sociais em cinco países

europeus. Descobriram que, de forma mais ou menos explícita, os projetos analisados integram os pilares da sustentabilidade, uns com clara orientação para o pilar social, outros para o ambiente e outros para o económico, ainda que com interconexão entre eles. Com o presente artigo, além da identificação dos pilares de sustentabilidade em projetos de intervenção desenvolvidos a nível local e comunitário em Portugal, procurámos identificar as principais atividades promovidas em cada pilar e analisar o envolvimento dos cidadãos nas mesmas, uma vez que consideramos que a verdadeira transição para a sustentabilidade, sobretudo a social, requer a ativação de todo o tecido social, através do empoderamento e envolvimento do mesmo.

2. Métodos

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar práticas de sustentabilidade em intervenções comunitárias desenvolvidas recentemente em Portugal. Pretendeu-se refletir sobre a variedade dos projetos, atividades e áreas de intervenção em projetos comunitários. Quanto à abordagem metodológica, esta pesquisa seguiu uma abordagem fenomenológica descritiva, uma vez que se pretendia fornecer conhecimento compreensivo e descritivo sobre práticas de sustentabilidade presentes na intervenção comunitária em Portugal. Através da pesquisa documental efetuada a 246 projetos que surgiram em Portugal (2020-2023) no âmbito do Programa Bairros Saudáveis (doravante, PBS), procurou-se descrever e compreender o fenómeno da intervenção comunitária desenvolvida, na sua potencial relação com a sustentabilidade, focando o nosso interesse no “o quê” (que práticas de sustentabilidade estiveram presentes nestes projetos?).

As duas questões de investigação orientadoras deste estudo são: (1) A promoção de sustentabilidade está presente em intervenções comunitárias? Em caso afirmativo, através de que ações? (2) A comunidade é envolvida na intervenção comunitária ou apenas é recetora da mesma? Para responder a estas questões definiu-se como unidade de observação, os 246 projetos de intervenção comunitária, financiados e desenvolvidos em Portugal (continental) no âmbito do PBS². Em maio de 2021, foram aprovados para financiamento 246 projetos de intervenção local/comunitária para promoção do desenvolvimento e a capacitação locais, da comunidade e do ambiente. Sendo os critérios de seleção do campo empírico desta investigação: (1) maior abrangência em Portugal, e (2) iniciativas recentes, considerou-se importante realizar

uma pesquisa qualitativa aos projetos financiados, uma vez que figuram iniciativas de intervenções comunitárias recentes e com uma abrangência continental do país.

A análise qualitativa iniciou-se com a pesquisa exploratória do site oficial do PBS, configurando um primeiro contacto e conhecimento sobre o programa, a legislação de enquadramento do mesmo, regulamento de funcionamento das candidaturas e respetivos resultados, ou seja, listas das candidaturas submetidas e identificação dos projetos selecionados para financiamento. De seguida, procedeu-se à pesquisa e recolha documental de todos os elementos informativos e integrantes das candidaturas aprovadas para financiamento, disponibilizados no site oficial. Com recurso ao software *MAXQDA 2020* (versão 20.4.2) realizou-se o tratamento e análise de conteúdo dos dados de candidatura recolhidos dos 246 projetos financiados. A análise dos dados fornece informações sobre as áreas de intervenção, principais atividades propostas em cada área, bem como quanto ao nível de envolvimento da comunidade.

Por fim, importa referir que para assegurar a excelência da pesquisa foram rigorosamente cumpridas diretrizes éticas em todos os momentos da recolha e análise dos dados.

3. Resultados

A análise dos dados fornece uma visão descritiva dos projetos desenvolvidos, sobretudo quanto às áreas de intervenção e às atividades desenvolvidas. Existem projetos que trabalham apenas uma área, como por exemplo a social, procurando mitigar problemas sociais como o isolamento e exclusão social. Existem projetos que articulam diferentes áreas de intervenção, como a social, a económica e a ambiental (88 projetos), procurando por exemplo dar resposta às demandas do desemprego através de iniciativas ambientais, que simultaneamente mitigam problemas ambientais locais e promovem a inserção laboral e fonte de rendimento, reduzindo o desemprego. A título ilustrativo salientamos um projeto que criou hortas urbanas (em parceria com a câmara municipal), onde os moradores desempenham funções específicas na manutenção das mesmas (trabalho remunerado) e, onde o que é produzido é distribuído pelas escolas e instituições locais, para confeção de refeições e lanches (aproveitamento de recursos, economia solidária).

Encontrámos também, projetos que combinam outras áreas como por exemplo a da saúde e a urbanística. As ações na área da saúde estiveram muito relacionadas com

a sensibilização e informação sobre a covid-19 e cuidados de saúde aos mais idosos. Na área urbanística as ações estão orientadas para a requalificação e criação de espaços locais e comuns à comunidade para lazer e melhoria da qualidade de vida (saneamento, acessibilidades, requalificação), para promoção da cultura e de atividades socioculturais bem como, dinamização da área económica (através da criação e requalificação de espaços como cozinhas e fornos comunitários, por exemplo).

A existência de 88 projetos que trabalham simultaneamente as áreas social, económica e ambiental sugerem uma ligação com as dimensões de sustentabilidade e traduzem nestes casos, uma intervenção com práticas de promoção de sustentabilidade (prática eco-social), representando 35,8% da totalidade dos projetos analisados.

Os dados fornecem também informações pertinentes sobre o tipo de envolvimento da comunidade na conceção, desenvolvimento e avaliação dos projetos. Consideramos que as iniciativas promovidas serão efetivamente práticas sustentáveis, se a par das ações de promoção de sustentabilidade, os seus efeitos se prolongarem no tempo. Para que os efeitos das ações de promoção de sustentabilidade sejam duradouros, a revisão da literatura reforça que em todas as fases do projeto deve imperar o envolvimento da comunidade —cidadãos, famílias, instituições locais públicas e privadas, comunidades vizinhas e decisores políticos, ativando e melhorando as potencialidades e mitigando as suas fraquezas— (Stepney, 2018). Desta forma a comunidade sente-se parte promotora e integrante do projeto de intervenção/mudança e será capaz de dar-lhe continuidade após o término dos financiamentos, promovendo a própria sustentabilidade da iniciativa comunitária, sobretudo da sua dimensão social, que carece de um carácter contínuo e sustentável (Rocha & Ferreira, 2017).

3.1. Especificidades da prática eco-social na intervenção comunitária

Os pilares da sustentabilidade são o social, o económico e o ambiente (Sachs, 2015) e é na articulação equilibrada destes pilares que a sustentabilidade pode ser alcançada, pois cada pilar é igualmente importante e não deve ser descurado. Por isso, tivemos a preocupação de analisar especificamente os projetos que articularam uma intervenção simultânea na área social, ambiental e económica, embora além destas três áreas de intervenção, tenham sido identificadas mais duas: a da saúde (referida em 86% dos projetos) e a urbanística (referida em 43% dos projetos). Considerámos analisar de forma mais minuciosa apenas os projetos com intervenção nas três áreas que correspondem aos pilares da sustentabilidade, pelo facto de as ações

desenvolvidas com base na articulação dos mesmos, puderem representar formas/práticas de sustentabilidade, o que responde à nossa primeira questão de investigação (a promoção de sustentabilidade está presente em intervenções comunitárias?). Analisando os dados, e como referido anteriormente, os três pilares da sustentabilidade encontram-se em 88 projetos que selecionaram simultânea, mas nem sempre exclusivamente estas três áreas de intervenção (Tabela 1).

Tabela 1

Identificação e combinação das áreas de intervenção dos projetos do PBS

Áreas de intervenção	Nº	%
Pelo menos Ambiental + Social + Económico	88	35,8
Pelo menos Ambiental + Social	56	22,8
Pelo menos Económico + Social	34	13,8
Apenas o Social	61	24,8
Apenas o Ambiental	2	0,8
Apenas o Económico	1	0,4
Sem Social + Ambiental + Económico	4	1,6
Projetos Analisados	246	100

Damos conta ainda que, apenas 4 projetos não identificaram nenhuma destas áreas nas suas intervenções, centrando a sua atuação nas áreas da saúde e/ou urbanística. De facto, os dados demonstram a existência da articulação das três áreas da sustentabilidade nas intervenções comunitárias analisadas em cerca de 35,8%, o que além de responder à primeira questão de investigação formulada, revela que em Portugal continental, a recente intervenção comunitária incorpora especificidades da prática eco-social, que se traduzem na preocupação com a questão ambiental, reconhecendo a sua importância inter-relacional com a questão social e a económica, na promoção de comunidades mais sustentáveis.

Além de identificarmos projetos que articulam os pilares de sustentabilidade (2 ou mais) a nível comunitário em Portugal, identificamos determinadas características específicas nestes 88 projetos, as quais consideramos relevantes referir, pois figuram similitudes com a prática eco-social. Em primeiro lugar, demonstram uma preocupação com a promoção de valor social e com a implementação de princípios de comunicação horizontal, cooperação, solidariedade, autogestão, diversidade, economia social solidária e circular, democratização da ciência e tecnologia e respeito pelo meio

ambiente. Em segundo lugar, procuram promover o desenvolvimento local integrado e sustentável, através do empoderamento e o desenvolvimento de competências na comunidade, bem como da estimulação do pensamento crítico, da participação inclusiva e da prática reflexiva. Em terceiro lugar, e em consonância com o empoderamento das comunidades, as práticas de sustentabilidade identificadas fomentam estratégias *bottom-up*, potenciando a participação/envolvimento de todos os setores da comunidade (população, instituições sociais e de saúde, setor empresarial, decisores políticos, etc) em todo o processo (*human-centered design*). Por último, defendem e promovem o associativismo como chave para a participação social, cívica, política, económica e cultural e, para a consequente responsabilidade social para com a sociedade e o ambiente, no presente, mas também no futuro, que se espera mais justo e sustentável. No seu conjunto estas características comuns da prática eco-social identificada nos dados analisados (88), com uma orientação interventiva para a sustentabilidade, procuram promover uma ação coletiva capacitada, valorizada e transformadora da realidade social, económica e ambiental.

A título ilustrativo, salientamos exemplos de projetos onde há articulação das três áreas da sustentabilidade, com uma visão transformadora da realidade. Criação de emprego local em diversas áreas, mas sobretudo nas artísticas, através da mobilização de talentos existentes e da sua capacitação empresarial, mas também conscientização ambiental, promovendo o uso predominante de materiais reciclados nas suas produções, sejam artesanais, artísticas, têxteis, mobiliário, skates, pranchas de surf, etc. Como podemos verificar na Tabela1, existem ainda projetos que articulam pelo menos duas das três áreas da sustentabilidade, sendo a social, a área comum nessa dupla articulação. Identificamos 56 projetos que articularam a área social e a ambiental através, por exemplo da criação de uma bolsa de voluntariado local para desempenho de funções e tarefas na limpeza e manutenção de espaços verdes locais e criação de hortas urbanas. Ao mesmo tempo que promovem oportunidades imediatas de participação e valorização social e reduzem situações de desaproveitamento de talento e capital social, esta ação contribui para melhoria da qualidade ambiental local. Quanto à articulação da área económica e social, identificada em 34 projetos, salientamos o exemplo de promoção do empreendedorismo e empregabilidade femininos, através da criação de um espaço de produção e venda de produtos artesanais, produzidos por mulheres criativas, após receberem formação sobre microempresas. Nesta atividade podemos identificar ações da área social que visam a capacitação, o desenvolvimento

de competências e valorização do capital social, sobretudo em mulheres, para a promoção da sua empregabilidade e inserção socio-laboral, reduzindo o desemprego. Do mesmo modo, promovem ações na área económica, uma vez que incentivam a criação de pequenos negócios locais.

Especificamente, na análise dos 88 projetos que articularam os três pilares da sustentabilidade identificámos as ações/atividades promovidas em cada área de intervenção, bem como os públicos-alvo mais referidos nas mesmas (Tabela 2).

Tabela 2

Ordenação das principais ações promovidas por área de intervenção

Área	Ações/actividades	Projetos	%	Público-Alvo
Ambiental	Sensibilização / Intervenção Ambiental	52	59,1	Toda a Comunidade
Social	Criação / Dinamização de Espaço Comunitário	41	46,6	
Social	Sessões de Sensibilização Social	26	29,6	
Social	Criação de Resposta / Serviço Local	25	28,4	
Ambiental	Criação / Manutenção de Hortas Urbanas	25	28,4	
Social	Desenvolvimentos de Competências	24	27,3	
Social	Criação de Comissões / Grupos associativos locais	21	23,9	
Social	Auscultação da comunidade / Diagnóstico Social	20	22,7	
Económica	Empreendedorismo e Capacitação Negócio Local	18	20,5	
Social	Participação e Cocriação	17	19,3	
Económica	Oficinas de Arte e Criação de Produtos Locais	16	18,2	Adultos (em idade ativa)
Social	Criação de Parcerias / Redes de Voluntariado	11	12,5	
Económica	Sistema de trocas Locais - Moeda Social	10	11,4	
Económica	Sensibilização / Workshops Economia Solidária	7	7,9	
Social	Mediação	3	3,4	
Social	Visita Domiciliar	3	3,4	
Ambiental	Cuidados a animais / Intervenção com animais	2	2,3	
Projetos Analisados			88	

Na análise específica dos 88 projetos que articularam os três pilares da sustentabilidade, o público-alvo “Toda a Comunidade” e “Adultos (em idade ativa)” foram os mais frequentes, transversal a todos as áreas de intervenção e respetivas atividades. Constatámos ainda que a ação mais promovida pelos projetos que articulam as três áreas da sustentabilidade, insere-se na área ambiental. A sensibilização/intervenção ambiental foi referida por 52 projetos, no conjunto dos 88 projetos, com ações específicas de sensibilização da comunidade para assuntos relacionados com crise ambiental, com a emergente necessidade de desenvolvimento sustentável, que deve ser refletida nos comportamentos individuais das pessoas e das organizações, através

do cuidado e preservação da natureza, do consumo responsável, de uma economia e mobilidade mais verdes e da consequente redução da pegada ecológica. As ações de intervenção ambiental prendem-se com ações de promoção/plantação e requalificação de espaços verdes, bem como ações limpeza urbana, de matas, praias e de águas. Identificamos ações de intervenção ambiental relacionadas com a construção e colocação de painéis fotovoltaicos, ações que promovem o reaproveitamento/Reutilização de materiais e recursos existentes localmente. Apesar da ação “criação/manutenção de hortas urbanas” (n.25) ser igualmente uma forma de intervenção ambiental considerámos relevante salientá-la individualmente, pois surge associada à produção biológica para doação a instituições locais e famílias mais carenciadas (economia solidária) ou para autoconsumo, aparecendo como a quinta ação mais referida pelos 88 projetos.

Em segundo, terceiro e quarto temos respetivamente as ações “criação e dinamização do espaço comunitário”, “sessões de sensibilização sociais” e “Criação de Resposta / Serviço Local”, todas dentro da área social. As ações de dinamização do espaço comunitário (n.41) surgem como uma forma de fortalecimento de laços e sentimentos de pertença na comunidade e face ao espaço comum (seja interior ou exterior), bem como de valorização do local (ofícios, saberes tradicionais, culturais, gastronómicos e a própria valorização do espaço exterior local). Na dinamização do espaço comunitário foi possível identificar ações de carácter regular, nomeadamente promoção de ateliers/oficinas, workshops e terapia ocupacional e promoção de atividades desportivas e artísticas para diferentes grupos etários da comunidade (crianças, idosos, jovens, mulheres), com periodicidade semanal e mensal e, ações de carácter pontual, como por exemplo, comemoração de datas festivas culturais, realização de eventos gastronómicos, solidários e comunitários como feiras, exposições ou espetáculos artísticos.

As ações de sessões de sensibilização social (n.26) visavam explorar problemáticas sociais como o isolamento e exclusão social, comportamentos juvenis de risco (dependências, delinquência e *bullying*), violência doméstica e no namoro, sexualidade e contraceção. Além de procurarem sensibilizar sobre alguns problemas existentes nas comunidades, as sessões de sensibilização na área social visavam também incentivar a participação cívica e o exercício de uma cidadania ativa, conscientizar para a responsabilidade social e processos cooperativos, para a igualdade e identidade de género, para o envelhecimento digno e ativo e respeito pela diversidade

cultural, étnica e religiosa. A criação de respostas/serviços sociais locais (n.25) revelou ser uma ação que pretendia responder à necessidades específicas sentidas pelos autores dos projetos, como por exemplo, criação de formas de transporte voluntário e organizado, especialmente para a deslocação da população a serviços de saúde e aquisição de bens alimentares; a criação de gabinetes de apoio jurídico, social e de inserção laboral e a criação de bancos de recursos (ajudas técnicas, vestuários, bens alimentares não-perecíveis) e bancos de horas.

Estas três ações correspondem a ações predominantes da área social, que na perspetiva da prática eco-social do Serviço Social é uma dimensão bastante relevante, pois os cidadãos necessitam de ter assegurados os seus direitos e necessitam, cada vez mais, de se sentirem capazes e autonomizados na busca e promoção de qualidade de vida individual e coletiva, para que consigam olhar para o ambiente numa perspetiva de interdependência. A prática eco-social exige uma mudança de paradigma, do capitalista para o ecológico e, na nossa opinião os passos iniciais desta transformação da relação entre o homem e o ambiente emergem nas pessoas, nas organizações e nas comunidades. É claro que as orientações mundiais, europeias e nacionais tornam efetivo o caminho para a mudança em termos macro, mas é a nível micro que a sustentabilidade da transformação é assegurada, através da consciencialização e promoção de ações concretas que integram os três pilares da sustentabilidade. É da necessidade emergente de promover a sustentabilidade dentro da comunidade, que consideramos relevante referir a sexta ação mais referida pelos 88 projetos que articulam os pilares da sustentabilidade: “desenvolvimento de competências” (n.24), inserida igualmente na área social. Consideramos esta ação de extrema importância na prática eco-social, pois visa a efetiva capacitação dos cidadãos, para que sejam mais capazes e autónomos na resolução dos seus problemas. Identificámos ações de desenvolvimento de competências relacionadas por exemplo com a educação e formação de adultos e educação não formal; alfabetização e aprendizagem de línguas sobretudo português para populações imigrantes; competências na procura de emprego (Curriculum Vitae, Carta de apresentação e preparação para entrevista profissional) bem como competências para a criação e gestão do próprio negócio; competências pessoais e familiares (empatia, comunicação, resolução de problemas, gestão emocional e doméstica, capacitação parental); competências digitais (multimédia e Tecnologias da Informação e Comunicação) e criativas (dança, música, encenação e representação).

As ações da área económica mais frequentes foram: “Empreendedorismo e Capacitação do Negócio Local” e “Oficinas de Arte e Criação de Produtos Locais” desenvolvidas respetivamente por 18 e 16 projetos, sendo das três, a área de intervenção menos frequente. Identificámos as ações específicas de estimulação do empreendedorismo (sobretudo juvenil e feminino) e capacitação (sobretudo de micro negócios), orientadas para o desenvolvimento de competências administrativas, de gestão e de publicidade, bem como, na elaboração de planos/modelos de negócio robustos e sustentáveis assentes em estratégias de economia circular, quer em novos negócios, mas também na revitalização dos existentes, enfraquecidos especialmente em tempo de confinamento, causado pela situação pandémica vivida. Nesta capacitação, além do desenvolvimento de competências comerciais, as ações desenvolvidas procuravam agilizar procedimentos legais, de *networking* e de articulação com *stakeholders*, de forma a impulsionar os negócios (criados e já existentes), como por exemplo ateliers de costura; cabeleireiros/barbearias; negócios de produtos artesanais, em madeira ou com materiais reciclados (peças de arte decorativa); venda de produtos alimentares (cabazes resultante das hortas urbanas); restauração tradicional; design, serigrafia e estampagens e oficinas de reparação de bicicletas e de pequenos eletrodomésticos. As ações de “criação de ateliers e oficinas” visavam incentivar e fornecer o apoio à produção e criação de produtos regionais/locais e, a sua consequente comercialização, valorizando o conhecimentos e tradições, enquanto promove o emprego e o rendimento e contribui para a redução do desemprego.

Em suma, os dados mostram a existência de iniciativas locais que articulam ações nos três pilares da sustentabilidade, o que responde à nossa primeira questão de investigação.

3.2. *Promoção de sustentabilidade e a Participação da comunidade: Co-autores ou Destinatários?*

A intervenção comunitária tem em primeira instância o fito de identificar e resolver problemas sentidos por determinada comunidade e, em segunda instância a promoção de ações que visam a transformação da realizada social, através da multidisciplinariedade, ativação de sinergias locais, *empowerment* e envolvimento dos diferentes atores sociais (Healy, 2012; Stepney, 2018). Para o Serviço Social Comunitário a intervenção comunitária expressa-se e revela-se na participação dos cidadãos, na autoconsciência dos seus problemas, mas sobretudo no fomento de

formas e estratégias autónomas de os solucionar (Stepney, 2018). Promover sustentabilidade requer a rutura com certos padrões e rotinas de consumo e vivencia culturais, bem como, o *empowerment* e a responsabilização dos diferentes atores sociais (Peeters, 2012).

Consideramos que dentro da prática eco-social a participação e o envolvimento da comunidade nos processos de intervenção comunitária é central para a promoção de sustentabilidade. No caso específico das intervenções analisadas (n.88) e, como podemos verificar na tabela 3 encontrámos diferentes tipos de envolvimento da população. Idealmente, considera-se que a comunidade deve estar envolvida nas três etapas de vida de um projeto comunitário: na conceção do projeto, no planeamento e desenvolvimento das atividades a concretizar e na monitorização/avaliação do mesmo.

Tabela 3

Nível de envolvimento da comunidade nos 88 projetos com os três pilares da sustentabilidade

Nível de envolvimento da comunidade	Nº	%
Sem referência ao Envolvimento na conceção	44	50
População alvo Envolvida na conceção	25	28,41
Sem referência ao envolvimento da população na conceção, mas com envolvimento na criação das atividades/ações	11	12,50
Envolvimento apenas na criação das atividades/ações	7	7,95
Envolvimento na conceção do projeto, criação das atividades e avaliação	1	1,14
Projetos Analisados	88	100

Compreender quais as pressões sociais existentes e as respetivas formas de as mitigar e solucionar depende do envolvimento e auscultação da comunidade (Stepney, 2018). De facto, alguns projetos procuraram envolver a comunidade na sua fase inicial, ou seja, na conceção/planeamento da intervenção (n.25), através da realização de diagnósticos sociais, reuniões de auscultação da comunidade e de recolha de dados caracterizadores do território. Outros projetos (n.7) promoveram o envolvimento da comunidade na fase de criação das atividades/ações a realizarem-se no decorrer do projeto. Metade dos projetos (n.44) não referem nem especificam a participação dos cidadãos, ou seja, nada no processo formal de candidatura revela ou documenta sobre o envolvimento da população na conceção do projeto. Concluimos nestes casos que o público-alvo identificado em cada ação é visto numa perspetiva *top-down* e vertical da intervenção comunitária, onde a comunidade não é escutada nem participa na fase de

planeamento, desenvolvimento e avaliação do projeto comunitário, apenas é recetora do mesmo. Outros projetos (n.11) apesar de não envolver a comunidade na fase da conceção do projeto, promoveram o envolvimento da mesma na fase de criação das atividades.

É fundamental o envolvimento da comunidade em todas as etapas do projeto de intervenção, (conceção, de desenvolvimento das ações anteriormente planeadas e de avaliação), sobretudo em intervenções comunitárias impulsionadoras de desenvolvimento local, mudança e de sustentabilidade. Devem ser intervenções que privilegiam estratégias *botton-up*, onde a comunidade é o centro da intervenção e, idealmente participa em todas as etapas do projeto comunitário. Identificamos apenas 1 projeto que apresentam esta visão efetivamente integradora da participação da comunidade na conceção, desenvolvimento e avaliação do mesmo, por meio de questionários e inquéritos de satisfação e avaliação de impacto. Olhando para este projeto em concreto, por nós intitulado como projeto X (Tabela 4), verificámos que a intervenção comunitária visa a sensibilização de vários públicos-alvo para a problemática das demências e pretende essencialmente desenvolver um plano de Intervenção Individual no Domicílio para idosos, pessoas com demência e seus cuidadores.

Tabela 4

Características do projeto com envolvimento integrador da comunidade

Projeto X	
Região (NUTs II)	Área Metropolitana de Lisboa
Áreas de Intervenção	• Saúde • Social • Económico • Urbanístico
Ações Realizadas (todas)	• Apresentação/Divulgação do Projeto • Sessões de Sensibilização Social • Visita Domicilia • Atendimento e Apoio Clínico • Rastreios e Cuidados de Saúde • Oficinas de Arte e criação de Produtos locais • Resultados/Feedback à comunidade
População Alvo	• Toda a comunidade • Adultos (idade ativa) • Mulheres • Famílias • Jovens • Idosos • Pessoas com demência e seus cuidadores

O envolvimento da população alvo do projeto na conceção do mesmo concretizou-se através de reuniões de auscultação sobre as principais dificuldades sentidas e de definição de expectativas e objetivos (reuniões no domicílio dos mesmos). Em termos de atividades, além das ações de divulgação do projeto e de devolução de feedback do mesmo à comunidade, sensibilizaram-na para a problemática das demências e para as dificuldades no cuidado. Envolveram igualmente outros elementos da comunidade (os membros mais jovens NEET e adultos desempregados) na criação de produtos específicos para pessoas com demência. Com recurso a materiais reciclados, sempre que possível, propuseram a criação de materiais de estimulação sensorial e cognitiva (jogos, exercícios) e respetivas fichas técnicas com apoio da equipa técnica, configurando um trabalho pontual remunerado. Estes materiais pretendem estimular a capacidade cognitiva das pessoas com demência que, a par de prestação de serviços de saúde no domicílio propostos no projeto (fisioterapia, apoio psicológico e psicopedagógico) visam o bem-estar geral (da pessoa com demência e dos seus cuidadores). Estes destinatários mais diretos foram envolvidos na fase de monitorização e avaliação dos protótipos e materiais criados, promovendo a melhoria dos mesmos na fase de testes e personalização e, através da avaliação da satisfação e de impacto.

A existência de apenas um projeto com envolvimento na conceção, criação das atividades e na avaliação do mesmo leva-nos a refletir sobre a sustentabilidade das ações promovidas, uma vez que sugere a ideia de que a comunidade é na sua maioria considerada como destinatária e mera recetora da intervenção, ao invés de ser considerada como elemento central de toda a intervenção, tomando decisões em todos os momentos.

4. Discussão

Com este artigo, além de demonstrarmos evidências de práticas nos três pilares da sustentabilidade na intervenção comunitária, recentemente desenvolvida em Portugal, especificamente no âmbito do PBS, foi possível identificar algumas similitudes da prática eco-social presentes nos 88 projetos com ações nas três áreas da sustentabilidade (social, ambiental e económica). Conscientes das limitações geográficas dos dados (intervenção comunitária desenvolvida recentemente em Portugal continental, no âmbito do PBS), neste artigo apresentamos resultados que

revelam indícios de promoção de sustentabilidade. Mais de um terço dos projetos analisados procuram fazer a interligação e articulação simultânea de atividades/ações nas áreas da sustentabilidade (social, económica e ambiental), revelando uma prática promotora de sustentabilidade (prática eco-social) nas intervenções comunitárias. Além destas três áreas de intervenção, a identificação de outras áreas como a da saúde e a urbanística demonstram uma preocupação com a situação pandémica experienciada no momento de candidatura ao PBS e com problemas sentidos/existentes na comunidade ao nível do edificado. Consideramos que as ações na área da saúde se devem ao facto do PBS surgir num contexto de pandemia e confinamento, provocados pela covid-19. O desconhecimento, as inseguranças e incertezas fomentaram ações específicas nesta área, de modo a reduzir os impactos negativos desta doença a nível comunitário. As ações na área urbanística, foram promovidas com o propósito de melhoria do espaço físico comum e do edificado, não interferindo diretamente no ambiente/natureza. Ora estas ações não tendo como objetivo uma intervenção no ambiente/natureza, consideramos que não deveria ser incluída na área ambiental.

Algumas reflexões emergem quanto ao facto de 35,8% dos projetos analisados articularem os três pilares da sustentabilidade e constituírem em si associações à prática eco-social. Este vislumbre de práticas promotoras de sustentabilidade na intervenção comunitária analisada, é um dado bastante relevante para o Serviço Social em Portugal, pois revela uma preocupação dos profissionais comunitários com a interdependência e interconexão da questão social, ambiental e económica. De acordo com Howe (2009), o indivíduo está em constante interação e transação com o meio ambiente/envolvente e por isso, o Serviço Social através da prática eco-social deve propor ações integradas, que transcendam o domínio individual e contemplem os diferentes sistemas que constituem a realidade social onde os indivíduos se desenvolvem. Enquadrada nas teorias ecológicas e críticas, a prática eco-social tem sido consensualmente defendida por vários autores como estrutural em termos teóricos e práticos, para um Serviço Social que assume a sua preocupação e responsabilidade com as diferentes estruturas da sociedade (Boetto, 2017; Närhi & Matthies, 2018; Peeters, 2012; Rambaree, 2020; Rocha, 2018). Logo, faz todo o sentido que o Serviço Social, através da prática eco-social, promova ações em prol da sustentabilidade, pois trata-se uma área do conhecimento que procura as causas para problemas estruturais da sociedade contemporânea e intervém nas mesmas.

Os resultados revelam um reajuste dos profissionais comunitários face a uma realidade social cada vez mais complexa, global e sistémica, de forma a responder transversalmente a problemas sociais, económicos e ambientais. Ou seja, os dados demonstram uma preocupação com a promoção de projetos comunitários que incluem as três áreas da sustentabilidade. De facto, por meio da interdisciplinaridade, assistimos a um ajuste conceptual e, consequentemente metodológico da prática comunitária do Serviço Social, que contempla a interdependência da realidade social com a realidade ambiental e económica (Rocha & Ferreira, 2017). A relação entre o Serviço Social e a sustentabilidade tem sido sustentada pela literatura e materializa-se através do Modelo Eco-social e da prática eco-social, que apela à missão política e ética, não só no domínio social, mas também, ambiental e económico e, fomenta a participação das pessoas, famílias, comunidades (Peeters, 2012; Rambaree, 2020; Rocha, 2018).

Sobre a participação e envolvimento dos cidadãos, da análise dos projetos que articularam os pilares da sustentabilidade (n.88), bem como no total dos projetos (n.246), em apenas 1, a comunidade foi envolvida na conceção, desenvolvimento do projeto e avaliação. Embora apenas um projeto tenha envolvido a população em todas as fases do projeto é de ressaltar que dos 88 projetos com ações promovidas nos três pilares de sustentabilidade, 50% envolveram a população em alguma fase do projeto. Apesar de residual, foi possível identificar a existência de uma preocupação de envolver a comunidade na conceção, implementação ou avaliação do projeto. Mas para se promover sustentabilidade torna-se urgente refletir sobre a própria sustentabilidade das intervenções comunitárias que não envolvem os elementos da comunidade, desde cidadãos-chave/representantes, famílias, instituições locais públicas e privadas, comunidades vizinhas e decisores políticos. Só por meio de uma participação efetiva, integradora e inclusiva será possível responder de forma sustentável aos problemas sociais, económicos e ambientais.

Consideramos que este artigo contribui para a ilustração de práticas que articulam ações promotoras de sustentabilidade, mas cujo efeito pode estar comprometido. Por forma a ser promovida sustentabilidade através da prática eco-social é urgente que a intervenção comunitária no seu geral e, em específico, este tipo de projetos comunitários assentem em iniciativas bottom-up, envolvendo toda a comunidade nas diversas suas fases, privilegiando a participação e parceria de intervenientes locais/ comunidade; o respeito dos direitos, responsabilidades e objetivos de cada um, na construção

iniciativas que visam a promoção da sustentabilidade (social, ambiental e económica) na intervenção comunitária.

5. Conclusões

As sociedades contemporâneas e globalizadas colocam no Serviço Social importantes desafios e, a questão da sustentabilidade configura um tema bastante emergente, uma vez que a questão ecológica está relacionada com o domínio social, económico e político e afeta a qualidade de vida dos cidadãos (Molyneux, 2010; Rocha & Ferreira, 2017). Ou seja, os impactos do desequilíbrio ecológico sentem-se em todos os setores da sociedade, produzindo consequências no domínio social e económico, agravando ainda mais a questão ambiental (Rocha, 2018). Por isso, é importante encontrarmos o equilíbrio entre os pilares da sustentabilidade, satisfazendo as necessidades de desenvolvimento económico e social, sem comprometer as exigências do ambiente (Marques, 2016; Matthies, 2017). Este é o grande desafio do século XXI e, igualmente do Serviço Social, que deve intervir em conjunto com os cidadãos, comunidades, parceiros locais e decisores políticos, por meio da prática eco-social e de intervenções coerentes, holísticas e geradoras reflexão crítica (Dominelli, 2018; Rocha & Ferreira, 2017).

Consideramos que as iniciativas comunitárias analisadas no âmbito deste artigo representam uma mudança da intervenção comunitária, que reforça o valor/capital social local existente, através do *empowerment* e ativação da cidadania e procura autonomizar as comunidades para resolução sustentável de problemas sentidos como tal, pela própria.

De modo a analisar com maior profundidade a prática eco-social destas intervenções comunitárias, consideramos pertinente a concretização de um estudo complementar, recorrendo a entrevistas aos assistentes sociais envolvidos nas mesmas. Este constitui o próximo passo do percurso de investigação e produção de conhecimento científico em Serviço Social, especificamente sobre a prática eco-social, que pretendemos percorrer.

Referências

- Bailey, S.; Hendrick, A., & Palmer, M. (2018). Eco-social Work in Action: A Place for Community Gardens. *Australian Social Work*, 71(1), 98-110.
<https://doi.org/10.1080/0312407X.2017.1384032>
- Boetto, H. (2017). A transformative eco-social model: Challenging modernist assumptions in social work. *British Journal of Social Work*, 47(1), 48-67.
<https://doi.org/10.1093/bjsw/bcw149>
- Cuadra, C., & Eydal, G. (2018). Towards a green social work curriculum. In L. Dominelli (Ed.), *The Routledge Handbook of Green Social Work* (pp. 522-534). Routledge.
- Dominelli, L. (2010). Globalization, contemporary challenges and social work practice. *International Social Work* 53 (5), 599-612.
<https://doi.org/10.1177/0020872810371201>
- Dominelli, L. (2018). *The Routledge Handbook of Green Social Work*. Routledge.
- Ellis, L., Nappan, K., & O'Donoghue, K. (2018). Green social work education in Aetearoa/New Zealand. In L. Dominelli (Ed.), *The Routledge Handbook of Green Social Work* (pp. 535-546). Routledge.
- Healy, K. (2012). *Social work methods and skills: The essential foundations of practice*. Palgrave Macmillan.
- Helne, T., & Hirvilammi, T. (2017). The relational conception of wellbeing as a catalyst for the ecosocial transition. In A. Matthies & K. Narhi (Eds.), *The ecosocial transition of societies: The contribution of social work and social policy* (pp. 36-53). Routledge.
- Howe, D. (2009). *A Brief Introduction to Social Work Theory*. Palgrave Macmillan.
- Jones, P. (2018). Greening social work education: Transforming the curriculum in pursuit of eco-social justice. In L. Dominelli (Ed.), *The Routledge Handbook of Green Social Work* (pp. 558-568). Routledge.
- Matthies, A. (2017). The conceptualization of ecosocial transition. In A. Matthies & K. Narhi (Eds.), *The ecosocial transition of societies: The contribution of social work and social policy* (pp. 17-35). Routledge.

- Matthies, A-L.; Stamm, I.; Hirvilammi, T., & Närhi, K. (2019). Ecosocial innovations and their capacity to integrate ecological, economic and social sustainability transition. *Sustainability*, 11(7), 2107. <https://doi.org/10.3390/su11072107>
- Marques, E. (2016). Serviço Social Azul: contributo para um desenvolvimento comunitário ecológico de base local. O trabalho artístico, social e ambiental de Jason de Caires Taylor. *Espacios Transnacionales* 3 (6), 132-139.
- Molyneux, R. (2010). The practical realities of ecosocial work: A review of the literature. *Critical Social Work*, 11(2), 61-69. <https://doi.org/10.22329/csw.v11i2.5824>
- Närhi, K., & Matthies, A.L. (2018). The ecosocial approach in social work as a framework for structural social work. *International Social Work* 61(4), 490-502. <https://doi.org/10.1177/002087281664466>
- Peeters, J. (2012). The place of social work in sustainable development: Towards ecosocial practice. *International Journal of Social Welfare*, 21(3), 287-298. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2011.00856.x>
- Rambaree, K. (2020). Environmental social work: Implications for accelerating the implementation of sustainable development in social work curricula. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 21(3), 557-574. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-09-2019-0270>
- Rocha, H. (2015). *Serviço Social e Ambiente: a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis* [Tese de doutoramento, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10071/11964>
- Rocha, H. (2018). Social work practices and the ecological sustainability of socially vulnerable communities. *Sustainability (Switzerland)*, 10(5), 1312. <https://doi.org/10.3390/su10051312>
- Rocha, H., & Ferreira J. (2017). An ecosocial model for sustainability of vulnerable communities. In A. Matthies & K. Narhi (Eds.), *The ecosocial transition of societies: The contribution of social work and social policy* (pp. 139-157). Routledge.
- Sachs, J. (2015). *The age of sustainable development*. University Press.

Stepney, P. (2018) Community Social Work. In N. Thompson & P. Stepney (Eds.), *Social Work Theory and Methods: The essentials* (pp.227-239). Routledge.

Teixeira, S., & Krings, A. (2015). Sustainable Social Work: An Environmental Justice Framework for Social Work Education. *Social Work Education*, 34(5), 513-527. <https://doi.org/10.1080/02615479.2015.1063601>

Notas

¹ Conferência de Estocolmo (1972); Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983); Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Relatório de Brundland (1987); Conferência da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92 e Agenda 21 (1992); Cimeira Mundial do Desenvolvimento Social em Copenhaga (1995); Protocolo de Kyoto (1997); Pacto Global da ONU (1999); Objetivos do Milénio – 8 ODM (2000-2015); Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20 (2012); Acordo de Paris (2015); Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – 17 ODS (2015-2030).

² O Programa Bairros Saudáveis surge em Portugal em julho de 2020, criado pela Resolução de Conselho de Ministros 52-A/2020, de 1 de julho (retificada pela Declaração de Retificação nº 25-B/2020, de 23 de julho) como um instrumento participativo que impulsiona a parceria entre instituições locais e o envolvimento da comunidade em prol da co-construção de projetos em várias áreas de intervenção, visando o desenvolvimento e a capacitação local da comunidade, mas também do ambiente. Consultar site Oficial do Programa Bairros Saudáveis para mais informações.